



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: JULIANA CARDOSO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 03/09/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Boa tarde a todos e todas. Na qualidade de membro da Comissão de Saúde, Assistência Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 9ª Audiência Pública Virtual do ano de 2021 convocada para hoje, dia 3 de setembro de 2021, tendo como pauta debater os defeitos da PEC 32/2020 nas carreiras dos servidores.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br em Auditorio Online. O *link* para acompanhar é Auditório virtual e o outro canal é do Youtube Câmara Municipal de São Paulo.

As inscrições para participar da audiência pública estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 1º de setembro de 2021.

Cada inscrito terá três minutos para se manifestar. Peço a todos os membros participantes, por favor, que desliguem os microfones quando outro participante estiver fazendo uso da palavra.

E a propósito da Emenda Constitucional 32/2020, conhecida como a PEC da Reforma Administrativa, movimentada não só as manchetes da grande mídia, mas também os movimentos dos servidores de todo o País, pois há reformulação completa do regime jurídico das carreiras dos servidores em todos os entes da Federação, afetando igualmente o Município de São Paulo e ameaçando os servidores públicos com desmonte de carreiras, fim dos concursos e volta do apadrinhamento político, bem como do clientelismo e da privatização.

A cidade de São Paulo possui um dos maiores contingentes de servidores públicos municipais, com aproximadamente 120 mil servidores. Uma das carreiras especialmente afetada é a dos servidores da Saúde, que tem dado um exemplo com o enfrentamento à mais grave crise na história do Brasil que é essa pandemia da Covid-19.

Para esta audiência temos muitos convidados de diversas entidades e seus representantes, aliás, vou precisar que o Inácio, da secretaria da Comissão, por favor, peço que vá me ajudando, porque o meu tablet não está funcionando, eu estou no celular e não vou conseguir identificar, então peço sua ajuda.

Não sei se já estão presentes os Deputados convidados, Deputados Federais Rui Falcão, Paulo Teixeira e Ivan Valente. Peço ao Inácio confirmar se estão presentes.

O SR. INÁCIO – Ainda nenhum presente.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Dos Vereadores, só a minha pessoa?

O SR. INÁCIO – Isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Convidamos os Srs.: José Gozzi, Presidente da Central Pública dos Servidores; Maria Aparecida Faria, Presidente do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; e temos a presença de alguns servidores, que vou passando os nomes no decorrer do nosso encontro.

Sônia, não sei se você quer contextualizar um pouco, se não já passamos a palavra para o Dr. José.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – Só para situar um pouco a discussão, quero dizer que foi uma solicitação do Sindilex, junto aos Vereadores da Câmara, a primeira aprovação de realização de audiência pública foi através da Comissão de Justiça, por meio do Vereador Professor Toninho Vespoli, da qual todos vocês participaram, talvez a Margarida não, ela pediu para a Márcia representá-la. Só que nós continuamos com os pedidos porque, quanto mais fazemos audiências públicas, mais alcançamos a população e mais debatemos sobre o assunto, o qual precisa, realmente, de mobilização e força para que derrotemos essa PEC.

A Juliana também se dispôs a fazer uma audiência e, claro, nunca é demais. Se puder fazer três, quatro, façamos, vamos mobilizar a sociedade contra essa PEC da ‘rachadinha’, já é chamada PEC da Rachadinha.

Era isso, só para situar, a Vereadora assumiu e fique à vontade, sim, de passar já palavra ao Sr. José Gozzi para que ele fale por cinco minutos. É isso, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sim, ele tem cinco minutos para dar o pontapé inicial. Agradeço muito sua participação. Enquanto isso vou arrumando o meu vídeo, porque deu um probleminha. Com a palavra o Sr. José Gozzi.

O SR. JOSÉ GOZZI – Olá a todos. Quero agradecer o convite. Quero dizer que é

muito importante esse debate sobre a PEC 32 da Reforma Administrativa e que envolve a saúde, aliás, importantíssimo isso, pois vai mexer muito com a área da saúde, com certeza.

Na verdade, a PEC 32 vai mexer com os serviços públicos em geral. Temos de ter consciência que a PEC 32 nada mais é do que uma forma de privatização dos serviços públicos. Fala-se muito do prejuízo que os servidores públicos vão ter, e vão ter mesmo, se aprovada a PEC 32, mas o prejuízo maior será para o cidadão brasileiro, que é quem vai sofrer com essa reforma administrativa. Vejam que agora, no dia 7, haverá manifestações conhecidas como Grito dos Excluídos, que já ocorre há anos e existe porque há uma exclusão muito grande na sociedade. Imaginem como não será essa exclusão quando for aprovada essa PEC, vai aumentar e muito.

Com respeito à saúde, por exemplo, no mês passado, o Ministro Guedes já estava em conversas com planos de saúde para discutir um carguinho após a aprovação da reforma. Qual será o primeiro passo? Será a administração do SUS oferecer atendimento por meio de um voucher, mas sempre privatizando, abandonando o SUS como saúde pública e passando a pagar para a iniciativa privada. Isso vai acontecer em vários setores, incluindo a educação, mas, com certeza, a área da saúde será uma das mais complicadas na aprovação.

Se aprovada, haverá contratações temporárias por até dez anos. Como pode um contratado temporário durar por um período de dez anos? É inimaginável. Geralmente é um, são dois, três anos no máximo, ou contratação definitiva. Imaginem um médico, uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem sendo contratados por dez anos sem nenhuma segurança, porque, a qualquer momento, se acharem que esses profissionais não são mais necessários, eles serão demitidos, afastados do serviço público sem carregar nenhuma vantagem, sem nenhuma segurança.

Hoje eu tive uma reunião enorme para discutir a questão da reforma administrativa porque, enfim, o relator fez um novo relatório que vai entrar em votação nos dias 14, 15 e 16. Que novo relatório é esse? Precisamos entender que a reforma administrativa é a combinação entre a iniciativa privada, o Presidente Bolsonaro e o Centrão, que decidiram privatizar a

maioria dos serviços públicos. O Presidente Lira, da Câmara dos Deputados, deixou claro que vai colocar em votação porque combinou isso com o Centrão, porque, para que ele fosse eleito Presidente da Câmara Federal, ele garantiu ao centrão que seriam pautados alguns projetos para votação urgente; um deles é o da reforma administrativa.

Então, vejam qual é o caminho que está seguindo essa reforma administrativa. Esse novo relatório nada mais é do que terem jogado um perfume bem vagabundo em cima do relatório inicial pelo fato de até os deputados do Centrão terem começado a balançar, a perceber que a coisa não é bem assim e que eles vão votar contra o cidadão, e quem vota contra o cidadão, de quem recebe voto, não o representa. É claro que, se o deputado se afasta do cidadão na defesa dos seus direitos de ter um serviço público oferecido pelo Estado, a consequência vai ser o afastamento do cidadão e do seu futuro voto. Como os deputados estão balançando, na tentativa de conseguir mais votos – e nós achamos que nós conseguiremos ganhar até Comissão e que sequer seja apresentado no plenário –, eles apresentaram esse novo relatório.

Para encerrar, quero dizer que será um enorme prejuízo para a saúde pública, para o serviço público de saúde no Brasil. Não será só para o servidor, o cidadão também vai sofrer muito.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito obrigada, Dr. José, pela explicação e pela participação na nossa audiência.

Passo a palavra agora para o Victor, representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese.

O SR. VICTOR PAGANI – Boa tarde. Eu sou supervisor técnico do Escritório Regional do Dieese em São Paulo e estou representando a nossa presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – O.k, Victor. Ok, Victor. Então, você tem a palavra para fazer a contextualização.

O SR. VICTOR PAGANI – Perfeito.

De início, quero, em nome do Dieese, da nossa Presidenta Maria Aparecida Faria; do Diretor Técnico Fausto Augusto Jr., cumprimentar a todos, especialmente a Vereadora Juliana Cardoso; também a Margarida, que coordena o Fórum das Entidades Representativas do Funcionalismo Público Municipal. Estou vendo aqui também a Fernanda, Presidenta do Sindicato dos Psicólogos. Então, na pessoa delas, eu cumprimento todos que estão nos acompanhando, todos os dirigentes de entidades representativas dos servidores e dos trabalhadores em geral.

Eu quero reforçar a fala do Gozzi. Eu acho que ele tocou nos pontos principais desta PEC 32. Então, é mais uma medida que visa reduzir, fragilizar as políticas públicas, as políticas sociais, visa desvalorizar o trabalho, os trabalhadores, os servidores públicos, o serviço público que atende o conjunto da população. E quero destacar alguns pontos.

O primeiro é o momento completamente inadequado que o Governo faz essa proposta. Então, nós estamos em meio de uma pandemia, com mais de 580 mil mortos no país, número que só não é maior por conta do SUS, então, dos servidores, que estão na linha de frente prestando o serviço, o atendimento à população. Então, primeiro, o momento não poderia ser o pior possível para a propositura, para o encaminhamento de uma proposta desse tipo.

Outro ponto que eu quero mencionar é que o Governo não apresentou estudos, justificativas, mensuração dos efeitos, dos impactos que esta PEC vai ter, tanto para o orçamento, na prestação do serviço e no atendimento à população. Então, não houve esse estudo prévio que fundamentasse a justificativa da PEC. Bom, como o Gozzi já falou, é uma medida que tem um caráter privatizante, que vai ampliar as possibilidades de terceirização do serviço público. Então, nós vimos agora, nesse substitutivo que foi apresentado ontem ou anteontem. Não houve mudanças expressivas, significativas que atendessem as reivindicações que foram colocadas nas audiências públicas pelos representantes dos trabalhadores no Congresso Nacional, na Câmara Federal.

A questão dos termos de cooperação, ampliação das possibilidades dos tempos de

cooperação, inclusive para entidades e empresas da iniciativa privada. Então, vai além do que nós já conhecemos hoje da prática de terceirização para as OSs e para as OSCIPs, e, aí, introduzindo a lógica do setor privado, que como bem sabemos, que é de buscar rentabilidade, a maximização do lucro em detrimento da prestação de um serviço universal para a população.

Outro ponto que eu queria destacar é que esse substitutivo aumentou os cinco tipos de vínculos, que estavam previstos na proposta original, mas substituiu pela ampliação da possibilidade de contratação temporária, da contratação por tempo determinado, que é uma forma mais instável, mais precária de contratação, o que resultará no enfraquecimento da prestação do serviço na ponta.

E, por fim, um ponto que eu acho importante destacar e que está previsto no substitutivo, que é em relação à avaliação de desempenho. Porque, em nossa interpretação, isso é um retrocesso ao que está sendo proposto, porque o mérito do proposto foca no servidor que arua na ponta e ignora as condições que o Estado proporciona para que esses trabalhadores possam atender a sociedade. Então, dessa forma, ele acaba fragilizando ainda mais o servidor que está atuando na atividade-fim do Estado. Então, enfim, e coloca outras coisas que depois, ao longo desta audiência, vão ser detalhadas, mas, por exemplo, a avaliação individual do servidor por parte do cidadão pela internet, o que pode gerar, nesse contexto em que estamos vivendo de polarização, e radicalização, sobretudo incentivada pelas redes digitais, pode ser também bastante maléfico para os servidores.

Então, eu queria, para concluir a minha fala, destacar esses três pontos: a questão do contrato por tempo determinado, que é um vínculo precário, frágil, sem a estabilidade; a ampliação da possibilidade dos termos de cooperação, que está mantida no substitutivo, incentivando a terceirização e a privatização do serviço; e o problema da avaliação e desempenho que está sendo proposta, com um método que foca no servidor que está ali, na linha de frente, ignorando todos os outros servidores que estão nas atividades-meio e as condições que o Estado está colocando para que esse servidor faça um bom trabalho, preste um bom serviço, um bom atendimento à população.

Agradeço o convite, a oportunidade e devolvo a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito obrigada, Dr. Victor, pela explanação contemplando o Dr. José.

Já que ainda não temos os nomes vou falando pelos sindicatos que estão na minha lista, Sônia...

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – Eu gostaria que falasse primeiro o Antônio Carlos, que é de uma entidade federal, depois eu falo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vamos fazer o seguinte, Sônia, como a minha lista está diferente do que está organizado, posso pedir para você me ajudar a ir chamando as pessoas?

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – Pode. Eu passaria para o Antônio Carlos, depois para a Margarida, representante do Sindicato dos Psicólogos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Antônio Carlos Fernandes Jr., Presidente da Conacate, Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado. Agradeço sua participação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS FERNANDES JR. – Vereadora Juliana Cardoso, que prazer estar aqui, parceiros e colegas desta Casa, cujos quadros tenho a honra de pertencer. Parabéns, Sônia Alves, Presidente do Sindilex, que solicitou esta audiência.

Vereadora, aqui falo em nome das carreiras e atividades típicas de Estado abrigadas na Conacate, a Confederação que, inclusive, teve nesta Casa o seu berço, foi aqui que nasceu a Conacate. Falo também em nome da Fenalegis, a Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos e Tribunais de Contas Municipais. Falo ainda em nome do Bassa, embora tenhamos aqui tantos outros parceiros do Bassa, mas falamos do Bassa que tem centenas de organizações estruturadas nas suas 27 unidades da Federação e de reconhecida atuação setorial. Também, a honra de falar em nome do FST, Fórum Sindical dos Trabalhadores, que congrega 20 confederações do setor privado.

O Bassa, a Conacate, a Fenalegis, com muitos parceiros têm colaborado com o

êxito em audiências como esta por todo o Brasil e de grande repercussão no Congresso Nacional. E aqui ficam as nossas homenagens a todas as Vereadoras e Vereadores do Brasil, porque não estão perdendo a oportunidade de mostrar novamente e de forma contundente a importância dos legislativos municipais para a sociedade, para cada um de seus municípios. Chamam para si a responsabilidade de discutir um tema dessa magnitude, tema que afetará profundamente todos os brasileiros.

Dando apenas como exemplo, só hoje já tivemos audiência pública na Câmara Municipal de Cacoal, em Rondônia, e agora, São Paulo. Essas audiências estão fazendo a diferença, Vereadora Juliana Cardoso, para ter uma ideia, o Rio de Janeiro chegou a fazer uma modalidade interessante, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, uma audiência pública em conjunto com a Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro. Foi uma audiência disputadíssima com muitas participações.

As abordagens técnicas já estão muito bem conduzidas pelo Presidente Gozzi, pelo Dieese. Então quero só fazer uma rápida observação, neste momento em que se discute o papel do mercado e do Estado perante a sociedade, recorro a uma figura sem demonizar o mercado e nem endeusar o Estado, mas imaginem que estão os três, mercado, Estado e sociedade andando na rua e os três se deparam com um grave problema social, por exemplo, famílias em situação de vulnerabilidade. A sociedade vira para os dois e fala assim: isso não poderia ter chegado a esse ponto, mas aí está, o que vocês vão fazer?

O mercado olha para aquilo, faz uma análise da necessidade de investimento e chega à conclusão que o retorno não corresponde ao investimento necessário e simplesmente acha por bem que tem de se livrar daquele problema. Não porque o mercado é ruim, é o demônio, é porque está no seu DNA, é da sua natureza investir em função da expectativa de retorno.

O Estado também olha para aquele mesmo problema e resolve que tem de pegar uma parte dos impostos arrecadados e investir para tentar solucionar esse problema. Também não porque o Estado é bonzinho, é santo, é porque é da sua natureza, está no seu DNA esse

comportamento. E o que os que estão dando as cartas e nos embaralhando a todos estão fazendo é querendo tirar o Estado desta equação. Não é preciso ser gênio, Vereadora, para perceber que este troço não vai dar certo.

Finalizo dizendo que esta Casa dê ciência ao Congresso Nacional para que não delibere matéria dessa magnitude sem escutar a sociedade brasileira, que será altamente atingida, e sem escutar os Legislativos Municipais.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito obrigada. Tem a palavra a Sra. Margarida Genofre, Vice-Presidente da Aprofem - Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo - e representando o Fórum de Entidades Representativas dos Servidores Municipais.

A SRA. MARGARIDA GENOFRE – Vereadora Juliana, é uma imensa honra poder participar desta audiência pública, pela qual a parabeno e cumprimento também a Sra. Sônia, por ter solicitado e batalhado para que esta audiência acontecesse.

É importantíssimo que o nosso Parlamento discuta questões como essa, que vai afetar toda a sociedade.

Eu represento o Fórum de Entidades Representativas dos Servidores Municipais, além de ser Vice-Presidente da Aprofem, um sindicato grande que representa os professores e funcionários municipais de São Paulo.

Pois bem, nós estamos numa verdadeira cruzada para tentar, primeiro, conscientizar o próprio servidor público municipal. Parece-me que está todo mundo num estado de catalepsia, porque ainda não entenderam, não perceberam o tamanho da encrenca que nós estamos enfrentando. Esses são os primeiros que precisam de um choque de realidade e mostrar para eles: “Cara pálida, olha o que está acontecendo”.

Precisamos também conscientizar a sociedade como um todo. Concordo plenamente com todos os que já me antecederam, que já explicaram esse fator com muita propriedade; mas nós estamos falando daqueles que serão os primeiros a sentir os efeitos do

desmonte: os próprios servidores.

O Governo vem construindo narrativa que acabam colando para os servidores. Primeiro, dizem: “Ah, não, mas essa reforma só vai atingir os novos servidores”. Será? Claro que não. Nós já analisamos os mecanismos, como essa avaliação de desempenho, que vai acabar com a estabilidade. Embora no texto, o termo estabilidade não está sendo extinto, mas são criados outros mecanismos que acabam pondo em xeque essa estabilidade.

Como o Sr. Victor falou, a avaliação de desempenho é uma forma de acabar com a estabilidade. Por outro lado, aqueles que dizem: “Ah, mas eu já estou aposentado, isso não tem a menor importância, não vai me atingir”. Será que não?

Nós temos um regime próprio de previdência social. Na medida que para a entrada dos servidores, que já vem acontecendo há muitos anos, com as privatizações, as terceirizações, no Município de São Paulo; o Ipem não terá recursos para sustentar as aposentadorias, a médio e longo prazo. E qual é a forma simples, rápida e fácil, que qualquer governo encontra para equilibrar as contas? Aumenta a alíquota. E já está vindo para a Câmara, de novo, o Sampaprev2, que já está batendo as portas, criando mais alíquotas.

Então, quem está aposentado e uma grande fatia dos que estão sendo mirados agora são os que têm a isenção da contribuição porque recebem abaixo do limite do INSS, numa canetada, esses passarão a contribuir com 14% sobre o que excede o salário-mínimo.

Se esses serão prejudicados, imaginem então aqueles que têm o conforto da paridade, que se aposentaram com paridade pleníssima. Não é o meu caso, porque eu me aposentei em 1997, mas se extinguirem os cargos por desnecessários – um mecanismo que existe – não terá uma correspondência para o cargo e, se extintos, de que servem essa tal paridade para a aposentadoria?

Portanto, é algo muito sério, e nós precisamos nos articular com outras entidades, no âmbito estadual, no âmbito federal, engajando todos nessa luta. Mas tem sido muito difícil. Ontem mesmo fizemos uma *live*, da qual participou com muita propriedade o Sr. Fausto, do Dieese, nos dando uma excelente contribuição; também o Deputado Federal Ivan Valente,

embora estivesse dentro de uma sessão que foi convocada às pressas, ainda sim conseguiu participar desta audiência, num esforço de conciliar as coisas, e nos deu uma boa visão de como estão acontecendo as negociações em Brasília.

Isso é muito sério. Precisamos conscientizar os servidores, o que tem sido um grande problema, porque eles não conseguem enxergar a gravidade dessa PEC. Então, se pudermos fazer audiências como estas, *lives*, seminários, debates, será importantíssimo para conseguirmos trazer para a nossa luta todos os servidores, também a população, que será a grande prejudicada por essa reforma que está para ser votada.

Se conseguirmos enterrá-la ainda na Comissão Especial, será uma grande vitória. Se não, teremos de continuar, até ir para o Senado e tudo o mais. Não poderemos descansar.

Agradeço muitíssimo à Vereadora Juliana por essa oportunidade. Agradeço também a você, Sônia. E saúdo todos os participantes.

E vamos em frente, porque essa luta não vai terminar tão já. Ela é aguerrida. E nós estamos juntos nisso.

Muito obrigada.

A SRA SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – Obrigada, Margarida.

Vereadora, quem a senhora tem aí na lista?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Maravilha. Enxergar um pouco também a relação do governo e dos servidores é extremamente importante para sabermos os detalhes. É isso. Parabéns.

Quem está representando o Sindicato dos Auditores e Fiscais Tributários do Município de São Paulo?

O SR. RAFAEL AGUIRREZÁBAL – Eu, Rafael.

Muito obrigado, Vereadora Juliana, Sônia, do Sindilex, demais colegas. Vejo aqui muitos colegas de trincheira, de luta.

Eu acho que os colegas já falaram muito sobre a PEC 32. E sobre a PEC 32 eu ressaltaria o maior perigo de todos. Muito embora ela tenha sido de certa forma desidratada,

mas ela continua com vários problemas – olha aí o 37A, com essa questão toda da possibilidade dessa contratação temporária. E sabe Deus o que vai acontecer com essa terceirização, como isso vai ser na prática, os efeitos deletérios desse tipo de prática, conforme já foi colocado aqui, e, inclusive, previdenciário. É uma situação nefasta e muito preocupante. E eu queria olhar a coisa de uma perspectiva um pouquinho maior, aproveitando a nossa expertise, que é da área tributária.

Para quem não me conhece, eu sou o Rafael Aguirrezábal, presidente do Sindicato e da Associação dos Auditores Fiscais e Tributários do Município de São Paulo.

Eu quero falar um pouquinho de outro problema.

Isso é tudo um jogo de xadrez. No jogo de xadrez, quando você move uma peça, você muda a configuração completa do jogo do tabuleiro e a estratégia de ação de um lado e de outro. Então a coisa é muito mais complexa. Nós estamos a falar da PEC 32. Porém existe uma outra PEC que também nos assusta – e eu gostaria de entrar um pouquinho nela –, e o Município de São Paulo vai ser muito afetado caso ela avance, caso ela seja aprovada, que é a PEC 110, que está no Senado Federal, a Reforma Tributária, criando o IVA – o famoso imposto de valor agregado, ou valor adicionado, ou o IBS – Imposto sobre Bens e Serviços. Cada um fala a nomenclatura que quiser. Porém, essa PEC, para o Município de São Paulo, e para os municípios que efetivamente arrecadam ISS no Brasil – vamos fazer uma linha de corte: os 400 maiores municípios do Brasil – essa PEC 110 é um absurdo completo.

Nós estamos inclusive divulgando. E queria depois pedir, inclusive, a ajuda da Vereadora. Nós estamos divulgando uma notinha para que as pessoas acessem uma consulta pública do Senado Federal que pergunta se apoia ou não apoia a PEC 110. Estamos fazendo toda uma campanha para que não se apoie a aprovação dessa PEC. Por quê? Porque ao criar esse IVA, ou esse IBS, nós estamos distinguindo o principal tributo, na verdade, de competência municipal, que é o ISS.

Para quem não sabe, o Município de São Paulo arrecada $\frac{1}{4}$ dos impostos de competência própria dos municípios do Brasil. Então $\frac{1}{4}$ do ISS do Brasil – aí em torno de 80

bilhões –, 20 bilhões, é arrecadado no Município de São Paulo. E ¼ do IPTU do Brasil – em torno de 40 bilhões –, então 12 a 13 bilhões, é arrecadado no Município de São Paulo. O ITBI segue a mesma lógica. Então o Município de São Paulo é o carro-chefe desses impostos de competência própria, que são a base daquilo que sustenta a receita pública.

Nós não temos de onde inventar dinheiro. Ou o ente federado, no caso, a Prefeitura, explora o patrimônio próprio ou arrecada os seus tributos, e recebe os seus repasses, ou ele faz operações de crédito. E o grosso das receitas são os tributos. Nós não podemos abrir mão do ISS. E essa PEC 110 que eu estou trazendo aqui não somente acaba com essa competência tributária municipal em relação ao ISS, que é o nosso principal imposto, que é a base daquilo que sustenta as finanças do município, como ela ainda onera setores que mais empregam – como, por exemplo, o setor de serviços. Existe um deslocamento de carga tributária entre setores. E ao retirar recursos das prefeituras, ela vai restringir a oferta de creches, de educação básica, saúde, segurança, transportes, zeladoria da cidade, todos os serviços públicos que o município tenha a incumbência de prestar ao cidadão. Fora isso, ela torna o sistema tributário ainda mais complexo porque, ao criar o IVA sem abdicar, num primeiro momento, dos outros tributos, na fase de transição que vai durar 10 anos, vai haver um aumento de complexidade para todo mundo: não só para o ente federado, para poder tributar, como, para o próprio contribuinte, que vai ter uma complexidade ainda maior para poder apurar o cálculo e pagar o seu tributo.

Então, estamos diante de um risco muito grande. Eu queria aproveitar essa minha fala para dar relevo a isso, essa PEC 110 que está no Senado é nefasta. Nós precisamos nos mobilizar para isso, porque, se não, além de tudo o que está acontecendo na reforma administrativa, vão cortar as pernas do Município de São Paulo. Não só de São Paulo como dos quatro maiores Municípios do Brasil com relação a sua autonomia financeira.

Eu queria deixar esse recado e dizer que as nossas entidades, Sindap e Ecofit, em conjunto com Anafisco, Associação Nacional dos Auditores Fiscais, do qual o Cássio que está presente é o Presidente, com apoio da Conacate, o Antônio Carlos Fernandes acabou de falar

aqui. Nós temos um projeto chamado Simplifica Já que hoje conta com 120 entidades apoiadoras. Nós temos uma emenda à PEC 110, substitutiva global, que foi há um ano protocolada pelo nosso saudoso Senador Major Olímpio e que, agora, recentemente, há três semanas, foi protocolada uma nova versão pelo Senador Giordano, que substituiu o Senador Major Olímpio, que, justamente, trata disso tudo. É a preservação do ISS para os Municípios, mas não é somente a preservação. É o aperfeiçoamento do ISS para que o Município possa praticar justiça fiscal na sua tributação, para que haja uma maior integração fiscal entre os Municípios e uma simplificação para o contribuinte.

O projeto envolve muito mais coisas que não dá para falar aqui: aperfeiçoamento do ICMS em nível estadual, da PIS/COFINS em nível federal e desoneração da folha também para podermos gerar mais empregos no Brasil.

Esse é o recado que eu queria trazer aqui: é o Não à PEC 110, que está no Senado Federal, cujo Relatório do Relator Senador Roberto Rocha está para soltar a qualquer momento, toda a mídia está tratando desse assunto, precisamos estar atentos a tudo isso e lutar pela manutenção da competência tributária municipal e da autonomia financeira do Município.

Muito obrigado. Volto a palavra à Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Rafael. Você pode colocar o *link* no *chat*, o que você pediu para ajudarmos a compartilhar. Acho que é o caminho mais fácil de as pessoas fazerem.

Inácio, não sei se a gente consegue colocar esse *link* no Youtube, nas mensagens, para as pessoas que estão nos acompanhando nos ajudem nessa votação.

O SR. INÁCIO – Posso ver isso, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – A Sra. Sônia pode falar.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – Eu gostaria de falar, na qualidade de Presidente do Sindilex. Uma boa tarde a todas e todos. Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade e à Vereadora pela iniciativa, dizer a todos que essa PEC é, realmente, como

todos que me antecederam falaram, um desmonte do serviço público e quem mais vai sofrer, além dos servidores, será a população.

Eu quero enfatizar algo que aconteceu conosco, do Sindilex: nós fomos chamados para um debate, uma *live*, com o Deputado Arthur Maia, Relator da PEC. Causou-me bastante espécie ver que ele não conhecia nada da PEC ou o discurso dele foi em torno de palavras do senso comum: “servidor não é efetivo; servidor ganha muito; servidor não atende a população”. Foram palavras genéricas do senso comum; nada de aprofundamento sobre a PEC. Ele trouxe – algo que foi falado aqui – a questão da avaliação de desempenho e só se ateu na avaliação de desempenho, no que o Deputado Rui Falcão o alertou, dizendo que não dá para uma Emenda Constitucional conter a avaliação de desempenho. Ou seja, a avaliação de desempenho tem que ser tratada por uma Lei Complementar ou uma Lei Federal. Não cabe numa Emenda Constitucional. Sequer isso ele sabia.

Ele falou muito sobre a questão de que a população reclama do serviço público. Então, a minha pergunta vai no seguinte sentido: por que eles não fizeram uma pesquisa de satisfação da população com relação ao serviço público para embasar a documentação dessa PEC? É a primeira pergunta.

A segunda: por que não veio à tona a discussão da Emenda Constitucional 95 que foi aprovada com apoio do partido dele, DEM, em que congelou os gastos nas áreas sociais. É o teto de gastos aquela Emenda 95.

Se ele coloca isso em jogo, terá que avaliar que isso depreciou e inviabilizou as Universidades. Nós estamos vendo nos jornais, na imprensa, as Universidades sem dinheiro para pagarem seus funcionários, para investirem em pesquisas, investirem em seus estudos próprios.

Essa questão, quer dizer, a Emenda Constitucional 95, antecede essa PEC - e aí eu retomo as palavras do Antônio Carlos - num raciocínio lógico dos interesses do mercado. Está no DNA dela o que? O lucro. Está no DNA tirar a vantagem, exceder lucro e não vai pensar na população. Então, essas são as questões que eu gostaria de abordar.

Outra questão interessante que precisamos abordar, que sempre falo nas minhas colocações, é que nessa hierarquia da sociedade, hierarquia natural da sociedade, o setor mais afetado nessa política de apadrinhamento – clientelismo – que gera corrupção, pois sabemos que a falta de independência do servidor público vai gerar corrupção, porque o servidor será colocado ali como trabalho temporário. Ele será apadrinhado e vai defender os interesses do governante da vez. É isso que vai acontecer. Com essa hierarquia quem mais vai sofrer é a mulher, porque com essa política de apadrinhamento, vem a questão de gênero. Vai voltar à tona o que vivemos há muito tempo, que é o teste do sofá. O teste do sofá vai valer para a mulher ser apadrinhada num cargo desses dos chamados “novos servidores públicos”. Então, isso eu gostaria de colocar.

Mais uma questão eu gostaria de colocar. Existe uma linha lógica desses interesses do mercado, que já funciona também nos entes federados como no Estado, que é essa reforma da previdência que o Governador Doria fez, que retira mais ainda o salário dos aposentados, porque põe um teto inicial de desconto, que é o salário mínimo e não mais o teto da previdência, do INSS.

E no Município vem também essa reforma, que nós já sabemos, e vai ser na mesma linha, sem contar que já foi aprovado na cidade de São Paulo o superestágio, que é uma tentativa – uma tentativa, não – é uma ação concreta de substituição de trabalho do servidor para o trabalho mal remunerado dos estagiários, que tem um vínculo precário, não tem férias e nem décimo terceiro, já aprovado, que é o PL 496, na cidade de São Paulo.

Então essa linha toda, quer dizer, é um conjunto de ações em volta dos interesses do mercado e de aniquilamento, de precarização do trabalho e de desmonte do Estado e dos serviços públicos. O Estado vai estar aí apenas para sustentar os interesses dos bancos e dos grandes oligopólios.

Era isso que eu queria colocar, que são pontos importantes para a gente analisar. Eu passo a palavra, Vereadora. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Sônia. Acho que aí se

enxerga também os estagiários, é uma das pautas que quase ninguém fala.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES - É.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – A gente também precisa pensar um pouco nesses estagiários. Como primeira secretária, a Sônia e eu temos caminhado com algumas ideias, principalmente em relação ao assédio. A Sônia também foi a pessoa mais entusiasmada solicitando essa audiência pública. Já foi feita em outra comissão, mas vale a pena também ser feita na Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. Muito obrigada, Sônia, pela oportunidade.

Vou pegar a minha listinha, agora seria a Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida. É a Maria Lucia que está aqui ou é outro representante? (Pausa) Não? Ok. Então, temos o ex-Diretor do Dieese e do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Sr. Vladimir Nepomuceno. Está aqui o Vladimir?

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES - Eu acho que o Vladimir não está.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Nós temos então a Cobrapol - Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis. (Pausa) Não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS FERNANDES JR. – Vereadora, eu penso que o Evandro Fucitalo, que está representando a Fenaguardas, bem poderia falar, tanto pela Fenaguardas, como pela OPB – União dos Policiais do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então, está bom, ele está presente?

O SR. EVANDRO FUCITALO – Presente, Vereadora. Estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Evandro, ok. Estamos ouvindo baixinho.

O SR. EVANDRO FUCITALO – Melhorou?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Evandro e demais participantes, eu vou entrar na garagem e acho que vai oscilar um pouquinho até eu me reconectar de novo. Não sei se o Inácio poderia já ir chamando o próximo da lista se eu cair, está bom, Inácio? Ou a Sônia, me ajudem se eu tiver algum probleminha de conexão.

O SR. INÁCIO – Pois não, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Evandro, tem a palavra.

O SR. EVANDRO FUCITALO – Boa tarde, Vereadora. Boa tarde a todos os companheiros; ao Antônio Carlos, parceiro da Conacate. Eu sou Evandro Fucitalo, Diretor da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais, que faz parte da União de Policiais do Brasil, na qual a Cobrapol é uma das instituições que também faz parte dessa união.

Inicialmente, eu queria fazer uma fala, não sei quem comentou que essa é a PEC da rachadinha, acho que ela é mais do que a PEC da rachadinha. É a PEC da carteirada. Eu queria saber se vocês estão conseguindo ver isso.

- O orador passa a mostrar imagem compartilhada virtualmente.

O SR. EVANDRO FUCITALO – Vocês se lembram desse Desembargador, que deu uma carteirada em um guarda municipal, que foi cumprir o seu dever legal em relação ao uso de máscara no meio de uma pandemia? Teve uma grande carteirada e automaticamente o Desembargador ligou para o então Secretário da cidade de Santos pedindo providências, porque por ser uma autoridade superior não poderia se sujeitar à legislação.

Essa PEC vai abrir a porteira para esse tipo de conduta para todos os profissionais, seja da segurança pública, seja o pessoal tributário, que faz as fiscalizações, que precisam ir aos municípios como o colega apontou, e é uma grande preocupação que as pessoas não se atem. E isso vai fragilizar muito o trabalho do serviço público, vai precarizar, vai apadrinhar e vai deixar o servidor em situação de instabilidade e servidor sem estabilidade não cumpre o seu dever legal. Isso é fato.

Voltado mais à questão da segurança pública, e aí queria fazer outro apontamento porque alguém falou sobre a terceirização. Há uns meses, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, acompanhado do Rodrigo Pacheco, vieram a São Paulo e visitaram, foram recepcionados na casa um grande empresário do setor da terceirização, a empresa é a Gocil do Sr. Washington Cinel. Para quem não sabe, todas as estações da CPTM, acho que são 93, 90 e poucas estações da CPTM têm empresas de vigilância, já tem terceirização na

CPTM coordenada por essa empresa. E eles foram recepcionados por esse Washington Cinel, que é um ex-coronel da Polícia Militar, que tem essa empresa. Há um mês, o Bolsonaro também veio à São Paulo e foi recepcionado também na casa desse empresário de terceirização. Aí é terceirização de serviço público. A ideia dessa PEC é acabar com o serviço público. Nós temos a diferença entre os quase 12 milhões de servidores públicos, mas o principal, o que nos une é a nossa preocupação com a falta de estabilidade. E tecnicamente, todo mundo já explicou bem aqui, fragiliza muito até no relatório quando criou a figura agora do...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. EVANDRO FUCITALO – ...mesmo esses agentes estarão fragilizados. Essa famigerada avaliação periódica de desempenho, eu tive a oportunidade de uma reunião com o Arthur Maia, na quarta retrasada, e realmente, Margarida, acho que foi você quem falou, ele mostrou pouquíssimo conhecimento, profundidade do serviço público. E sobre o próprio texto, ele desconhecia o texto. Eu estava representando os guardas municipais, os delegados da Polícia Federal e da Polícia Civil, e é um desconhecimento total.

Nós fizemos um grande ato junto com a Conacate, no dia 3 de agosto, lá em Brasília, que chamou a atenção dos parlamentares, embora, em seguida já começaram a nos procurar. Acho que o nosso caminho agora, enquanto entidade com representação de profissionais, temos de nos mobilizar, mobilizar em âmbito virtual e fisicamente, lá porque essa PEC vai destruir o Estado social brasileiro, ela vai. E no nosso caso, vamos para São Paulo, que é o nosso caso, eu sou o Presidente do Sindguardas, o município é o principal prestador. Se prestar atenção, não tem esse estudo, mas com relação a quem presta serviço público, é o servidor público municipal que será o mais atingido e é o que mais será penalizado nessa reforma porque o juiz, o judiciário,... (Falha na transmissão.) ...e o Arthur Maia que desinchou o texto inicial, a gente tem que pensar no seguinte, no Plenário, na calada da noite, eles podem mudar novamente e mudar para mais grave, como foi feito na reforma da Previdência quando... (Falha na transmissão.) ...estava em Brasília, uma da manhã mudaram o texto, no nosso caso

específico das guardas municipais, mudaram a uma da manhã e ficamos a ver navios. Hoje, um guarda municipal tem que trabalhar até os 65 anos na rua, com 15 quilos de equipamento na rua, humanamente impossível. Foi feito isso daí. Temos que tomar cuidado, o que está ruim pode piorar sim, e aí vai depender da posição do Centrão.

E no mais, estamos aqui para colaborar no que puder com essa luta. Esta oportunidade na Câmara Municipal de debater... (Falha na transmissão.) ...Governo Federal e não ao contrário, goela abaixo, de cima para baixo. E de novo, quem recebe o serviço público é o cidadão, é o morador da cidade, esse deveria ser ouvido e não está sendo ouvido.

Muito obrigado a todos, essa é a nossa posição.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – Inácio, acho que a Vereadora não conseguiu se conectar. Tem uma pessoa que entrou na reunião, o Professor Oswaldo de Barros, coordenador do FST. Se ele puder fazer uso da palavra, nós agradeceríamos. Depois passaremos aos demais presentes. O Professor Oswaldo de Barros está?

O SR. OSWALDO DE BARROS – Presente! Sônia, cumprimentando você, quero cumprimentar a todas as funcionárias públicas. E cumprimentando o Cássio e o Antônio Carlos, quero cumprimentar todos os funcionários públicos, e cumprimentando a Vereadora Juliana, cumprimento também os Srs. Vereadores.

Muito bonito o apresentado até agora, fantástico o apresentado, cheio de razão o apresentado até agora, só que vocês têm de gritar bem alto: acordem servidores públicos! Vocês têm que gritar mais alto ainda: vocês vão para o olho da rua! Vocês têm que gritar mais alto ainda: acabou tudo que foi construído neste País, se as coisas permanecerem como estão. Nossa, mas você está sendo muito negativista, Oswaldo, que negócio é esse? É um absurdo o que você está falando! Seria um absurdo se nós, da iniciativa privada, não tivéssemos passado pela reforma ou pela deforma trabalhista de 2017. Apenas 200 artigos da CLT foram alterados, apenas 200 artigos. Não bastasse isso, pessoal, tivemos que enfrentar a 1045, e só conseguimos paralisá-la no Senado com um trabalho esplendoroso de Paulo Paim. Não posso menosprezar o dos outros senadores, mas foi ele quem abriu a porta para todo um debate que

foi feito.

Preocupação. A preocupação é o desmanche geral. A única coisa que importa hoje são os nossos commodities, porque a nossa administração econômica nunca cuidou do capital produtivo. Quem está à frente da nossa economia sempre trabalhou com capital improdutivo. Nós somos o acaso. Quem produz é o acaso, pode ser amplamente substituído.

Terceirização? Vocês vão ter as regras próprias da lei da terceirização. E o que ela faz? Acaba com qualquer possibilidade de vida digna para o trabalhador.

A grande dificuldade que nós temos é de comunicar com os nossos pares. A grande dificuldade que nós temos é fazer com que eles parem de ver novela e escutem esta conversa que estamos tendo. A maior dificuldade é eles entenderem que, como já perderam parte de suas aposentadorias, podem a qualquer momento perder o seu emprego.

Estamos na luta junto com vocês. Desculpem a minha forma de falar, mas o que nós estamos passando é coisa que nunca, no mundo civilizado, imaginávamos que poderia acontecer. Estamos com vocês, nós da iniciativa privada, estamos com vocês na luta contra a PEC 32, e contem conosco. Só desculpem, porque nós temos que falar em vários lugares e eu não posso ficar todo o tempo com vocês.

Um grande abraço e felicidades a todos. Estamos na luta junto com vocês.

Boa tarde.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES - Boa tarde. Obrigada, Prof. Oswaldo.

Vou passar a palavra para o Cássio, que está desde o começo conosco, não teve a palavra ainda; depois a professora do Sindicato dos Psicólogos.

O SR. CÁSSIO VIEIRA – Boa tarde. É um prazer estar aqui com todos. Gostaria de estar pessoalmente Boa tarde, Sônia; Gozzi, Presidente da Central Pública; Presidente da Conacate; Margarida, coordenadora do Fórum; e todos os demais que me antecederam e que ainda virão trazer uma série de comentários, cada um aglutinando uma gotinha nas nossas preocupações, naquilo que nós temos que salientar.

Gostaria de, primeiro, expor o quanto nos deixa abismados a retórica que está

sendo utilizada para a implantação desse desmonte da administração pública no Brasil. A retórica é: precisamos trazer mais eficiência, mais equilíbrio fiscal, e é exatamente o contrário que nós estamos vendo como resultado das proposições que estão sendo apresentadas

Por que digo isto? Porque é a população mais carente a que mais depende do poder público, seja nos serviços de educação, de saúde, de assistência social, é justamente aquela.

E aí, Sônia, permita-me discordar de você. Você falou que quem vai perder, ao lado do servidor, é a população. Não, Sônia. Quem vai perder muito mais do que o servidor é a população. A população que mais precisa de serviço público é justamente a que vai ter menos serviço público e menos qualidade, porque vai aumentar o déficit da administração, por alguns motivos que vou colocar aqui.

Vai aumentar o déficit porque a terceirização que está prevista agora, como foi muito bem exposto aqui pelo representante do Dieese, não vai mais para parceiras sem fins lucrativos, o que já era um absurdo, mas vai para parceiras com finalidade lucrativa. Vai aumentar o montante que o Estado vai ter de desembolsar para prestar exatamente o mesmíssimo serviço. Talvez, infelizmente, a gente tenha uma realidade até pior do que hoje em termos de qualidade e de quantidade de assistência social, de educação e de saúde.

Mas não é só aí o desmonte do equilíbrio fiscal que se busca na retórica dessa PEC. O que vai ocorrer também, com esse ataque à autonomia dos entes federados que está ocorrendo, quando se coloca que a União passa a ter a prerrogativa de legislar com relação aos contratos, inclusive os contratos de prazo determinado, é um fomento à não contratação de servidores de carreira e à contratação de servidores temporários, que não vão contribuir para previdência própria, o que vai gerar mais déficit.

Olhem que absurdo: vai gerar mais déficit, que vai precisar ser coberto com mais aumento de imposto, justamente num momento em que o Brasil está a com recorde absoluto de desemprego, o crescimento econômico está patinando, 0,1% negativo – foi o que nós tivemos de PIB trimestral no último trimestre.

É nesse contexto que é apresentado esse projeto que nos deixa estupefatos. Não temos outra palavra. E aí eu faço referência ao Antônio Carlos, porque tivemos uma reunião ontem, e vimos que as carreiras ou os cargos típicos de Estado estão protegidos. Ledo engano completo, porque estamos todos no mesmo barco. Quando o barco afundar vai todo mundo. Vai o pessoal do Legislativo, da Tributação, o que tem Poder de Polícia, todo mundo vai afundar.

Precisamos parar com essa ingenuidade, nos unir, porque temos duas semanas para fazer o nosso trabalho junto à comissão, e impedir que essa PEC prossiga.

Novamente, quero agradecer e convocar todos os servidores públicos para se manifestarem através dos seus representantes, ou diretamente buscando os Parlamentares, buscando sensibilizá-los e mostrar as coisas como realmente são.

Não somos cegos, estamos compreendendo exatamente aonde se quer chegar.
(Pausa) Sônia, seu microfone está desligado.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES - Passo a palavra para a representante do Sindicato dos Psicólogos, a Sra. Fernanda Lou Sans Magano.

A SRA. FERNANDA LOU SANS MAGANO – Obrigada. Em primeiro lugar quero dizer boa tarde a todas, todos e todes. Agradeço à Sônia pela tarefa de buscar esta audiência pública, à Margarida que tão bem nos representa no Fórum de Entidades Sindicais, de negociação permanente, a sua fala já nos contempla. Aqui estamos para acrescentar questões e agradecer à queridíssima Vereadora Juliana Cardoso, compromissada com os trabalhadores e trabalhadoras do Município e à frente de tantas lutas.

Nesse reconhecimento, quero dar destaque que a PEC 32 ataca e fere o funcionalismo de morte e fere de morte os serviços públicos do Município. Isso vai na contramão da nossa pauta unificada do Fórum das Entidades que coloca no seu primeiro ponto a valorização do serviço público.

Estou dando destaque a isso para reafirmar as lutas que já vimos implementando. A luta da PEC 32 é para remarcar a nossa posição contra esse desmonte que vem

acontecendo ao funcionalismo e a reforma administrativa que, na prática, é uma deforma, é a destruição dos serviços públicos, com a sua precarização, com a terceirização, abrindo espaço para desmonte e ainda maiores situações de vulnerabilidade.

Falando do segmento específico, nós, da Psicologia, estamos envolvidos no enfrentamento a PEC 32. Estamos fazendo manifestações, construção com as entidades públicas de educação, onde temos um grande número do professorado da Psicologia, assim como fazendo ações com o Sindicato dos Psicólogos no País todo para nos mobilizar.

Como entidade cutista em destaque também o “Na Pressão Contra a PEC 32”, que é um instrumento importante da luta da classe trabalhadora para fazer as manifestações e movimento contra esse novo momento. Há debates para acontecer na semana que vem, então toda pressão será necessária.

Quem vota pela aprovação da PEC 32 não volta para a Câmara Federal, não volta para o Senado, vamos deixar isso bastante demarcado.

Temos de chamar a atenção de todo funcionalismo para se envolver na luta contra esse retrocesso, contra essas ações que vão produzindo ainda mais precarização na saúde, na educação e assistência social.

Defendemos a vida, direitos humanos. No momento de construção da PEC 32 em meio à pandemia é mais um ato covarde deste pandemônio, porque faz ainda mais destruição e mortes. Não bastam as 580 mil vidas ou mais que foram perdidas, que poderiam estar conosco se houvesse vacina, Governo e condições objetivas.

O Congresso Nacional precisa se comprometer com o que assumiu enquanto função do seu compromisso público nas gestões de seus mandatos no Senado e na Câmara Federal.

Por isso, louvamos novamente o compromisso dos Vereadores nas câmaras municipais que estão conosco nesse enfrentamento.

Agradeço, novamente, à Vereadora Juliana, chamo a todes que nos acompanham para se incorporarem à luta pela defesa da vida, dos serviços públicos, da qualidade dos

serviços públicos e pelas condições de trabalho ao funcionalismo. “Não” à terceirização, às rachadinhas, aos cargos comissionados, e a essa precarização que vai ser instalada se a PEC 32 avançar nesse caminho.

Agradeço a oportunidade, Sônia, Margarida, Juliana, mulheres de luta, firmes. Estamos aqui com os demais companheiros para continuar marcando posição em defesa do funcionalismo público municipal.

Obrigada. Passo a palavra.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES - Obrigada, Fernanda.

O SR. INÁCIO – Eu queria dar um informe, a Vereadora Juliana Cardoso está com problema de sinal. Acredito que em breve ela entra novamente. Você gostaria de chamar o próximo?

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES - Eu gostaria perguntar, porque são dois colegas que estão aqui. Uma está como AM e o outro um loiro de óculos, não reconheço a fisionomia, não sei quem são. Poderia passar a palavra para eles.

A SRA. FERNANDA LOU SANS MAGANO – Sônia, lembrando em tempo a Sheyla, do Sedin.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES - Está bom.

A SRA. FERNANDA LOU SANS MAGANO – O Lima do Sindsep também.

O SR. _____ – Também estou por aqui.

A SRA. SHEYLA MENDES DA SILVA – Sônia, será que eu não poderia fazer minha fala agora, seria possível, porque talvez eu precise ir atender a minha mãe.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES - Vá em frente, Ana Vitória.

A SRA. SHEYLA MENDES DA SILVA – Eu estou como Ana Vitória porque estou pela minha filha. Desculpe. Meu nome é Sheyla. Eu estou representando a Presidenta do Sedin, Claudete Alves. Está bem?

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – Está bom.

A SRA. SHEYLA MENDES DA SILVA – Bom, lembrando um pouquinho os cem

anos de Paulo Freire, eu gostaria de deixar uma reflexão: que nós precisamos pensar no texto dentro do contexto em que nós estamos. Isso já dizia Paulo Freire.

Nós refletimos, com os nossos filiados, em uma *live* com o Dr. Marcos Rogério, sobre o fato de que, desde 2016, com o golpe que foi dado na nossa Presidenta Dilma, vêm se aprofundando essas reformas que nós estamos vivendo. São a PEC 95, a reforma da Previdência, a reforma trabalhista, as privatizações, a PEC emergencial – e assim tem sido.

Nós nem deveríamos chamar isso de reforma, na verdade, porque reformas nós fazemos na nossa casa, nas nossas escolas, nos nossos sindicatos, e é sempre para melhorar o ambiente ou melhorar as coisas. Não é isso o que nós estamos vendo com as propostas feitas... (Falha na transmissão) ...na verdade. Todas essas reformas se formam e se somam para mostrar um projeto de país, um projeto de sociedade, um projeto de educação, que eles pretendem e se mostram dispostos a fazer.

O objetivo estratégico desse projeto que temos discutido é destruir exatamente a ideia de bem-estar social. Determina a Constituição a responsabilidade do Poder Público em assegurar o direito dos cidadãos ao acesso a serviços públicos e de qualidade. Traz a precarização dos vínculos empregatícios o fim do regime jurídico único. Isso também é muito preocupante. Temos discutido isso com os nossos filiados, com os servidores públicos. É uma PEC autoritária, em que não há diálogo com servidores, não há diálogo com a sociedade, não há diálogo com especialistas. É uma PEC fiscalista, que busca a redução de gastos com a folha de pagamento e com a Previdência dos servidores públicos. Acabamos nos questionando sobre para onde vai essa economia toda. É uma PEC privatista, o que é o maior objetivo, e vimos vendo isso o tempo todo.

Então, o Sedin... (Falha na transmissão) ...representantes. Deixamos os links, tanto dos Deputados como dos Senadores, e como fazer o acesso a eles, para questionar e para cobrar, mesmo, um posicionamento a favor do serviço público e dos servidores públicos. Nós estamos na luta.

Muito obrigada. Agradeço a atenção. Agradeço a escuta. Contem com os

servidores públicos e com os educadores da infância do Município de São Paulo.

O SR. JOSÉ GOZZI – Sônia, você me permite? É o Gozzi. Eu coloquei no chat todo o calendário da luta contra a PEC 32, aprovado pelas centrais sindicais, e a operativa dos servidores públicos. Está no chat. Antes que o pessoal saia, é só comentar. Obrigado.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – Ótimo. Muito obrigada, Gozzi. Gostaria de passar a palavra para esse rapaz loiro, de uma barba loira, também, de óculos, cujo nome eu não sei. Fale o seu nome, por favor.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Sou Felipe, da Anis.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – Oi, Felipe. É você? Você está todo loiro.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Não, não. É experiência, mesmo.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – É experiência? Então, vamos lá. Está com a palavra, Felipe.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Eu quero agradecer a você pelo Sindilex. Quero agradecer à Vereadora Juliana Cardoso pela iniciativa. Saúdo todos os colegas das entidades nacionais, estaduais e locais que estão aqui. Cumprimento o Dieese e outros que estão se fazendo presentes nesta audiência.

Eu quero me reportar, primeiramente, ao relatório que foi apresentado anteontem pelo Arthur Maia, o Relator da matéria. Poderíamos dizer o seguinte: que esse relatório já passou para a parte do cinismo. Então, se tínhamos um primeiro relatório que era uma tragédia, ele não deixou de ser uma tragédia, mas agora passou a ser uma farsa, também. Da leitura que se faz, que se extrai desse relatório, eu ousou dizer que ele conseguiu, ainda, fazer algo pior do que o que nós tínhamos na primeira versão, com um discurso que absolutamente não corresponde àquilo que é a essência da PEC.

Então, lendo o relatório, vemos que o Relator, inclusive, absolve toda a crítica que foi feita pela oposição e pelas entidades sindicais, no sentido de dizer que a estabilidade está lá, mantida, e que a avaliação de desempenho não tem a finalidade de prejudicar ou de facilitar

a demissão dos servidores. Entretanto, ao ler a PEC, vemos que ela cumpre exatamente esses objetivos.

Em primeiro lugar, eu acho importante destacar que, embora tenham sido retirados aqueles cinco vínculos, que eram verdadeiras aberrações – e que, do meu ponto de vista, inclusive, estavam lá para ser retirados –, o essencial que interessa a essa coalizão que está no Governo, com os interesses privatistas que há por trás, foi absolutamente mantido. Tanto é que, com exceção das carreiras típicas de estado, que, de fato, não estão inteiramente protegidas e que vão corresponder a cerca de 10% do funcionalismo todo no país, as formas de contratação, hoje, serão formas baseadas não apenas na terceirização que já temos, sem os devidos controles, inclusive – basta olhar os relatórios do TCM para ver que não se tem controle nenhum da terceirização –, mas em uma privatização direta, efetiva. Quer dizer, em pouco tempo, faremos, se aprovada a PEC, orçamento para empresas privadas atuarem no serviço público.

O outro aspecto é a precarização geral no lugar da essência do funcionalismo público, que, para além da estabilidade, é ser um servidor de carreira. Então, pergunta-se: bom, qual é a influência sobre as carreiras? Esse é o tema do debate. A influência é nenhuma porque a ideia é justamente acabar com todas as carreiras ou acabar com a estabilidade. Então, a essência pretendida, o fim do serviço público e de servidores públicos se mantém.

Agora gostaria de chamar atenção para outro aspecto. Se vendeu durante muito tempo uma mentira, de que essa PEC não teria nenhuma influência sobre os atuais servidores. E essa nova versão, do meu ponto de vista, traz agravantes muito piores. Primeiro, porque ela projeta a quebra do sistema de Previdência. Nós aqui, não é à toa que o Sr. Prefeito está providenciando a segunda reforma previdenciária, ela serve, justamente, para fazer com que nós venhamos a pagar pela destruição do Serviço Público.

Fora isso, todas as vedações que existiam antes, o impedimento de evoluções por tempo, das progressões e promoções por tempo, permaneceu como estava. Só que tivemos grandes novidades. A possibilidade de dispensar servidores, inclusive, os atuais estáveis, por

desnecessidade. Quem vai declarar essa desnecessidade? Vocês imaginem os nossos modernos gestores entrando, saindo e acabando com cargos e carreiras. Algo que é extremamente preocupante, que já está definido lá, provisoriamente, mas enquanto não houver regulação em relação a isso, mas está definido lá na PEC, que é a possibilidade de demissão dos atuais servidores por três avaliações insatisfatórias consecutivas, ou por cinco avaliações alternadas.

Imaginem essa situação, o servidor público - é o nosso caso, estamos na ativa - 20, 25 anos no serviço público, acumulando só avaliações - já somos avaliados - positivas e podendo ser posto no olho da rua por avaliações que serão feitas em última instância, não sobre os servidores, não sobre o efetivo trabalho do servidores, mas sabe-se lá como, inclusive, por esse método de plataformas de votações sobre a qualidade de serviços, sem qualquer critério, sem que se avalie de fato a qualidade do serviço público.

Essa é uma situação muito grave nesse aspecto, que era ruim, conseguiu ficar pior, ou seja, porque os atuais servidores - os que entrariam não teriam qualquer tipo de garantia - mas os atuais servidores passam a ficar muito mais vulnerabilizados.

Gostaria de encerrar fazendo uma colocação. Como estamos olhando aqui para o nosso Plano Municipal, enfim, determinados segmentos, destacar que os servidores da área da Saúde Pública, assim como da Educação, que são grandes categorias, não só aqui no Município de São Paulo, mas em todos os Municípios, estão realmente no olho do furacão. Estão em uma situação muito difícil.

É o momento de buscarmos uma mobilização, porque se isso não houver de fato, vamos ter uma destruição sem paralelo do serviço público. E lembrar, inclusive, que o relator começa o seu relatório dizendo que as questões de impacto financeiro não interessam mais para discutir. Se não interessam as questões de impacto financeiro, quais seriam? Acabar com privilégios? Não, nem privilégios serão removidos com essa PEC, pelo contrário, estão todos lá presentes. É eficácia, eficiência? Não, absolutamente, não. Porque um serviço público precarizado não vai trazer mais eficácia e eficiência. O que estamos lutando, o que está em

questão aqui, é justamente quem vai governar o Estado, se serão os interesses privados, o velho clientelismo, o novo milicianismo ou o Estado de Direito? As políticas públicas sociais, no que depende necessariamente da manutenção do Regime Jurídico Único, do concurso e da estabilidade, efetivamente.

Então temos pela frente um setembro de guerra. Precisamos ir atrás dos nossos servidores e mostrar a gravidade que isso tem. É uma guerra de morte e nós temos, efetivamente, esse mês para buscar reverter essa situação, uma vez que a votação está prevista para acontecer, dependendo do Arthur Lira, no final desse mês de setembro.

Agradeço atenção de todos. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Muito obrigada, Felipe. Com a palavra o Sr. José Gozzi. (Pausa) Está sem conexão. Com a palavra o Sr. Vlamir Lima, do Sindsep.

O SR. VLAMIR LIMA - Boa tarde companheiros. É uma luta difícil. Saúdo a nobre Vereadora Juliana Cardoso, na questão dessa audiência. É importante para nós trazermos a opinião e debater. Estamos em um processo que precisa dar um passo à frente, um processo de mobilização. Os colegas que me antecederam levantaram um ponto principal. O relatório já está feito, está posto e agora será apreciado pelos Deputados.

As mudanças não seguraram a proposta inicial do governo. O centro é a destruição do serviço público, foi isso que ouvimos. Nós servidores prestamos à população da cidade de São Paulo...

A SRA. PRESIDENTE (Julianas Cardoso) - Oi gente! Eu voltei sem vídeo. Essa tecnologia...

O SR. VLAMIR LIMA - Seja bem-vinda, Juliana.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Só para avisar que já voltei.

O SR. VLAMIR LIMA – Esse serviço que hoje a gente presta na cidade de São Paulo, no estado e no Brasil, está em risco com a reforma da Previdência, mesmo com esse relatório que o Deputado Arthur Maia apresentou. Então saúde, assistência social aqui no município, serviço funerário, educação, todos esses que a população necessita, ainda mais

nessa crise social e econômica que passamos, inclusive política, a PEC só vai aprofundar toda essa crise e essa população vai ficar desassistida.

Muita gente acha que vamos ser substituídos por privados e terceiros, na verdade, significa o fim de muitos serviços que hoje a população tem acesso, é isso que representa, e aqueles que vão procurar alguma prestação de serviço vão ter de pagar ou prestar algum convênio e assim por diante que vai ter jogado à população, o restante a população vai ficar desassistida, por que temos a dificuldade hoje no serviço público por causa da Emenda 95, e todo esse processo que vem desde a medida provisória 196, que vai aprofundando o desmonte do serviço público.

Reforço que a PEC vai atingir os servidores atuais sim, está claro, na hora que o relator, no primeiro momento fala que não, mas na hora que ele fala que a avaliação de desempenho vai ser vinculada à demissão do servidor, e o outro ponto que inclusive ontem na nossa plenária que debatemos com o nosso companheiro Fausto, do Dieese, e com o Deputado Ivan Valente, ficou claro que os Governos podem extinguir cargos e carreiras. E isso demonstra que vamos ficar num limbo sem precedentes nesse processo.

E sabemos que aqui no município de São Paulo que a cada reformulação de carreira aqueles que não entram na atualização da carreira ficam no limbo sem ter nada, sem acontecer nada e muitas vezes sem correção de salários nesse período. Então é isso que vai apontar a reforma. Reforço aí, como alguns já falaram, sobre a questão da reforma da Previdência. O salário dos aposentados atuais e dos futuros está em xeque com essa reforma. Não dá para saber se vai ter salário para esse pessoal com a reforma porque a sustentação do sistema Previdenciário está em xeque. Então tem tudo isso.

Reforço a mobilização que é necessária. Vamos fazer a remobilização na pressão, como já foi comentado pela Fernanda, em cima dos Deputados, mas vamos ter de pôr um movimento de rua e, no dia 7 de Setembro, entra no calendário, terça-feira, agora a mobilização no grito dos excluídos contra a carestia que está atingindo o povo brasileiro, contra o desemprego, falta de assistência e temos de levar a nossa bandeira, nós servidores, na

defesa do serviço público contra reforma administrativa da PEC 32, cancelar a reforma já. Vamos derrotar na mobilização de rua e reforçar o dia 7 de Setembro aqui no Vale do Anhangabaú. O Sindsep está chamando uma concentração, em frente à Prefeitura, e depois nos dirigimos ao Vale do Anhangabaú, a partir das 13h30; e dia 14 reforçar a nossa mobilização Nacional, além da pressão em cima dos Deputados, seja nos seus escritórios, seja via rede social, para que S.Exas. não votem nessa reforma administrativa. É essa pressão que nós vamos colocar. Temos que continuar o bloco com toda a pressão e retomar.

Acho que o dia 18 de agosto mostrou possível a unidade dos servidores públicos. Essa unidade tem que fortalecer os movimentos sociais que utilizam dos serviços públicos. Esse é o reforço que a gente tem. Então dia 14, dia nacional de luta, vamos construir a mobilização aqui na cidade São Paulo. Como alguns já falaram, já temos um time aqui em São Paulo para questionar a Prefeitura com a maneira que vem lidando, seja para apresentar uma nova reforma da Previdência, seja essas mudanças que têm sido feitas nas carreiras, criando super estágios com salários superiores aos servidores que hoje prestam esse serviço.

A mudança está em curso. Então, é necessário fazer a resistência, além da nossa campanha salarial que vinculamos contra a PEC com a campanha salarial. Afinal veio a denúncia da Câmara de que a Prefeitura o ano passado, de 2020 para 2021, não utilizou cinco bilhões de reais, não é qualquer coisa isso, dá para reforçar concursos públicos, melhorias no serviço público, e é isso que viemos pedindo, que é tudo ao contrário dessa reforma.

Então, vamos para a mobilização no dia 7 de Setembro, chamando todos que estão aqui presentes para somar e vamos para o dia 14 preparar. E fazer toda a pressão entre os dias 8 e 14 vamos nas redes sociais preparar, pressionar os Deputados para que não votem nessa reforma, cancelem essa reforma já, não a PEC 32. Vamos derrotar na mobilização. É isso aí companheirada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Quem vai ser o próximo? Alguém do sindicato de especialista de educação de ensino público municipal? O Sinesp está presente?

Dr. Maurício Villar.

O SR. MAURÍCIO DE MENDONÇA VILLAR – Boa tarde. Sou o Diretor de Comunicação do Sindguarda São Paulo. Já estamos travando essa luta contra a PEC 32 no Sindguarda desde o começo, porque enxergávamos que essa era a lápide, o fim do serviço público e a institucionalização da “carteirada”, do “quem pode mais chora menos”.

Todos os companheiros que falaram anteriormente já trouxeram a problemática. Eu sei que o pedido que farei é difícil, dada a configuração da Câmara Municipal que temos hoje, mas eu gostaria de que saísse da Câmara Municipal uma moção de repúdio à PEC 32; e que isso fosse estendido também para Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para tentarmos fazer com que várias Câmara Municipais e Assembleias Legislativas mandem um recado para Brasília: esse projeto acaba com o serviço público. Irá prejudicar os servidores públicos e, sobremaneira, a população. Chegará um momento em que o que irá imperar no serviço público será única e exclusivamente a ganância financeira, as empresas querendo ganhar mais e extorquindo, por meio de conluio, o dinheiro público. Não sei se isso é possível, Vereadora. Sei que é difícil, dada a configuração da Câmara Municipal, mas acho que essa é uma opção que podemos tentar para sensibilizar Brasília.

Essa é a minha contribuição. Agradeço a todos em nome do Sindguarda de São Paulo.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – Vereadora, acho que não há mais ninguém inscrito para falar.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Só vou finalizar a lista para sabermos. Simesp – Sindicato dos Médicos de São Paulo está presente? (Pausa). Associação dos Procuradores do Município de São Paulo. (Pausa)

O SR. MARCOS GERALDO BATISTELA – Estamos presentes, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vocês já falaram? É que perdi o *timing*.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – Ainda não, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então, Dr. Marcos com a palavra.

O SR. MARCOS GERALDO BATISTELA – Obrigado, Vereadora Juliana Cardoso.

Saúdo V.Exa. e agradeço pela iniciativa de promover esse debate na Câmara Municipal sobre a PEC 32. Saúdo também todos os que estão participando do debate, que estão participando da luta pela preservação do serviço público e dos direitos dos servidores tanto os que estão presentes nesta audiência pública como os que estão no dia a dia dessa batalha.

Várias pessoas que me antecederam abordaram aspectos relevantes. Então, tentarei ser mais breve que todos e levantar uma questão que, talvez pela nossa forma de expressão, não fique muito clara. Como somos representantes de entidades de servidores, muitas vezes expressamos o perigo que a PEC 32 representa para os servidores. Os servidores públicos serão, sim, afetados terrivelmente pela PEC 32. Existe uma retirada de direitos. Creio que foi o Lima que tocou nesse ponto. Com todas as alterações que serão promovidas, as próximas reestruturações que ocorrerem nas carreiras a partir do ingresso de novos servidores já passarão a afetar os atuais servidores públicos. Então, nenhum de nós está efetivamente seguro com essas transformações que estão acontecendo. É ilusória a ideia de que existe uma segurança jurídica proporcionada por essas cláusulas de preservação de direitos adquiridos. Mas a verdadeira vítima da PEC não serão os servidores públicos; a vítima da PEC será a prestação de serviços públicos aos cidadãos brasileiros. A prestação dos serviços de saúde, dos serviços de educação, dos serviços de segurança pública, dos serviços de assistência social, de todos aqueles serviços que estão garantidos pela Constituição Federal como direitos dos cidadãos brasileiros.

O que me leva a apontar esse fato é que uma reforma administrativa que tivesse como objetivo a melhoria da prestação dos serviços públicos precisaria tratar grandemente do planejamento desses serviços públicos, do planejamento da elaboração das políticas públicas e do fortalecimento da elaboração das políticas públicas. Infelizmente, esse é um assunto que praticamente não foi tratado inclusive nessa terceira versão da PEC, que é o relatório da Comissão Especial.

Parece-me que essa é uma questão muito importante, que precisamos incorporar ao debate. Um dos colegas que me antecedeu disse: “Acordem, servidores públicos”. Também

precisamos dizer: cidadãos brasileiros, acordem. Essa fala pode até parecer alarmista, mas na PEC 32 não existem mecanismos de melhoramento do planejamento atuação da Administração Pública, do planejamento da prestação dos serviços públicos e da elaboração das políticas públicas.

Existem, nela, algumas menções a avaliação de desempenho dos órgãos e entidades e dos servidores públicos; mas, como também falaram alguns oradores, essa avaliação é muito concentrada em uma visão quase que punitiva do servidor, mais punitiva do que orientativa.

Era isso. não vou me alongar mais. Eu queria agradecer de novo à Vereadora Juliana Cardoso por estar aqui conosco participando deste debate; agradecer à Comissão de Saúde da Câmara por ter aprovado também esse debate; e agradecer a participar e o empenho de todos vocês no tratamento dessa questão. Muito obrigado. Uma boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Também concordo. Acordem, população brasileira. Isso é extremamente importante, porque fica nesse comum, como a Sra. Sônia comentou. Falam sobre muitos gastos de funcionários públicos. Isso é só desculpa para poder ter outros interesses.

A palavra está aberta.

Sra. Sônia, eu vi algumas coisas aqui. Eu vou falar e a senhora contempla se faltou.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – OK.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Propostas foram colocadas para dar ciência ao congresso, da gravidade de aprovação da PEC 32. Isso a gente pode fazer numa solicitação de moção de repúdio, que precisa ter o número de 38 Vereadores da Casa, para poder conseguir fazer com que essa moção seja aprovada. Então, temos que fazer um trabalho aqui com os Vereadores.

Segundo ponto: divulgar a consulta pública sobre a PEC 110, que está no Senado Federal, como foi colocado aqui o *link* e também no Youtube. Eu vou ver se eu consigo pedir para o *site* da Câmara também colocar. O *site* da Câmara não vai poder fazer campanha. Não

sei se os senhores acham que vale a pena colocar esse *link* lá. Quero ouvi-los. Podemos fazer mais *lives* sobre assuntos não só de audiência pública, mas canais de comunicação dos mandatos, dos sindicatos.

Quanto mais a gente falar sobre isso, mais a gente vai ter abertura de espaço, para as pessoas entenderem o que está acontecendo. Então, são esses itens que a Sra. Regina me ajudou aqui, pegando as falas dos senhores nessa audiência pública.

Tem a palavra a Sra. Sheyla.

A SRA. SHEYLA MENDES DA SILVA - Eu sou a Sheyla, do Sedin. Só peço, mais uma vez, o apoio da Vereadora. Nós estamos sabendo aí que vem bomba na Câmara na semana que vem; e nós estamos recebendo isso agora. Então, mais uma vez, conto com a Vereadora, para que possamos, nessa luta, ir contra os ataques, e essa questão de melhorar os serviços públicos no município de São Paulo. Nós estamos vendo banners e várias coisas aí sendo publicadas. Então, mais uma vez, a gente conta com a Vereadora. E contem conosco também, para a luta, porque não pode assim. Não pode acontecer dessa forma, e nós não vamos aceitar uma minirreforma aqui no município de São Paulo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Eu que agradeço. Pode, com certeza, pensar no apoio aqui com este mandato. A Sra. Sônia sempre está no *link* aqui também com a gente, até por conta da primeira secretaria, e para todos os outros sindicatos que passaram aqui sempre a gente está com a porta aberta, para o diálogo e, com certeza, a luta é nossa. Contra os servidores públicos, a gente vai falar "não", e batalhar para que esses projetos não sejam aprovados.

Tem a palavra a Sra. Sônia.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – Só lembro que no *chat*, que quem pegou as informações, há o calendário das lutas. Algumas o Sr. Lima já passou, mas temos aí várias lutas, várias frentes de batalha contra essa PEC e contra também o desmonte do serviço público na cidade de São Paulo. Então, contamos com todos e agradeço muito a audiência

pública, nobre Vereadora. E agradeço a presença de todos também.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Está certo. Muito obrigada, Sra. Sônia.

Eu peço, mais uma vez, desculpas a todos por essa conexão, no meu celular, no meu tablet, que não havia. Quando eu vim para o computador, ela veio; só que, até a gente chegar ao computador, perdi muito tempo deixando os senhores sem o respaldo; mas foi uma audiência pública muito válida e agradeço demais a todos pela possibilidade de participação.

Agradeço, mais uma vez, a Sra. Sônia pela contribuição, de ter passado para a gente essa pauta, para a gente fazer em audiência pública, e nós estamos à disposição de todos.

Se ninguém mais for falar, eu encerro aqui esta audiência pública, convidando todos também a participarem da próxima reunião da Comissão de Saúde – se puderem –, que ocorre todas as quintas-feiras, às 14h.

Muitíssimo obrigada.

Estão encerrados os trabalhos.